

Acompanhamento Conjuntural – 08/2012

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA
Diretoria Executiva
Superintendência de Desenvolvimento Industrial
Data de fechamento: 21/08/2012



PIB

O Governo Federal anunciou a primeira etapa do “Programa de Investimentos em Logística” no intuito de reativar a economia brasileira. O pacote lançado em 15 de agosto prevê a duplicação de 5.700 quilômetros de rodovias e a construção de 10 mil quilômetros de ferrovias, passando ao setor privado concessões estimadas em R\$ 133 bilhões ao longo dos próximos 30 anos. Desse total, serão investidos R\$ 42 bilhões em rodovias e R\$ 91 bilhões em ferrovias. A expectativa é que o PIB brasileiro cresça 1,75% em 2012.

Política Monetária

A inflação acumulada em 12 meses, que vinha apresentando queda desde último trimestre de 2011, inverteu a trajetória e apresentou alta em julho. No entanto, o Copom não deverá alterar a atual política de afrouxamento monetário no médio prazo, visto que o governo está empenhado em reverter o atual quadro de desaceleração da economia. De acordo com a última edição do *Relatório de Mercado* do BC, a taxa Selic deverá encerrar o ano em 7,25% e alcançar 8,38% no final de 2013.

A inflação medida pelo IPCA voltou a acelerar em julho, após registrar forte desaceleração nos dois meses anteriores. No mês, a variação foi de 0,43%, ante alta de 0,08% em junho. No acumulado dos primeiros sete meses de 2012, o IPCA contabiliza elevação de 2,76%, bem abaixo dos 4,04% registrados em igual período de 2011. Em 12 meses, o IPCA alcançou 5,20%, contra 4,92% no período anterior.

Política Fiscal

A deterioração das contas públicas nos meses de maio e junho comprometeu a avaliação de que o governo deverá cumprir o superávit primário neste ano, estimado em R\$ 139,8 bilhões (3,1% do PIB). A economia realizada no primeiro semestre ficou abaixo da metade prevista para o ano, alcançando 46,7% da meta. A frustração na arrecadação dos impostos e contribuições é o principal motivo da reversão das expectativas, em conjunto com a política fiscal expansionista.

O desempenho das contas públicas nos últimos dois meses reflete a adoção de medidas fiscais e monetárias anticíclicas para aquecer a economia e evitar uma grande frustração em termos de PIB.

Contas Externas

No acumulado do primeiro semestre deste ano, o saldo em conta corrente, que compreende os resultados da balança comercial e das contas serviços, rendas e transferências unilaterais, foi deficitário em US\$ 25,3 bilhões. No acumulado dos últimos 12 meses até junho, o déficit alcançou US\$ 51,8 bilhões (2,2% do PIB), ficando um pouco acima do registrado no mês anterior. O déficit nas contas serviços e rendas, em função, principalmente, das remessas de lucros e dividendos e das despesas com aluguel de equipamentos e viagens internacionais, explica o saldo negativo em conta corrente. A expectativa do mercado é de aumento do déficit em conta corrente nos próximos meses, alcançando US\$ 59,3 bilhões ao final do ano.

As reservas internacionais em julho totalizaram US\$ 376,2 bilhões, registrando alta de US\$ 2,2 bilhões em relação ao verificado em junho. Segundo projeções do Relatório de Mercado do Banco Central, o dólar deverá permanecer em patamar relativamente elevado, encerrando o ano em R\$ 2,00.

PIB

O Governo Federal anunciou a primeira etapa do “Programa de Investimentos em Logística” no intuito de reativar a economia brasileira, que neste ano pode crescer menos de 2%. O pacote lançado em 15 de agosto prevê duplicar 5.700 quilômetros de rodovias e construir 10 mil quilômetros de ferrovias, passando ao setor privado concessões estimadas em R\$ 133 bilhões ao longo dos próximos 30 anos. Desse total, serão investidos R\$ 42 bilhões em rodovias e R\$ 91 bilhões em ferrovias. Além dos 5.700 quilômetros de rodovias que serão duplicados, outros 1.800 quilômetros de estradas que já foram duplicadas pelo governo serão concedidos à iniciativa privada.

Segundo o Ministério dos Transportes, do valor total, R\$ 79,5 bilhões serão investidos em cinco anos, sendo R\$ 23,5 bilhões em rodovias e R\$ 56 bilhões em ferrovias. As obras deverão ser concluídas num prazo de cinco anos após a assinatura dos contratos de concessão. A previsão é que esses contratos estejam todos assinados até setembro de 2013. Em seguida, serão investidos mais R\$ 18,5 bilhões em 20 anos na manutenção das rodovias e R\$ 35 bilhões em até 25 anos na manutenção das ferrovias.

Para cuidar desse programa de concessões, foi criada a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), em substituição à Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (ETAV). A estatal ficará sob o comando de Bernardo Figueiredo.

Do ponto de vista local, o programa prevê a duplicação da BR-101 entre Mucuri e Salvador e ligações ferroviárias entre Belo Horizonte/MG e Salvador e entre Salvador e Recife/PE, passando por Aracaju/SE e Maceió/AL. Resta conhecer melhor os detalhes desses projetos previstos para o Estado da Bahia.

Os dados do Caged, divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apontam uma geração líquida de 142,5 mil empregos formais em julho de 2012, contra 120,4 mil no mês anterior. Os setores responsáveis pelo desempenho no mês foram: Serviços (39,0 mil), Construção Civil (25,4 mil) e Indústria de Transformação (24,7 mil). Nos primeiros sete meses do ano, o País gerou um saldo de 1.232,8 mil postos de trabalho. No acumulado de 12 meses, o saldo registrado foi de 1,54 milhão de empregos gerados. Os dados apontam para uma desaceleração na geração de empregos, em comparação ao registrado nos dois últimos anos, refletindo a própria evolução da economia brasileira.

A despeito de alguns indicadores, a exemplo do Caged e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central, sinalizarem uma possível recuperação da atividade econômica brasileira em junho e julho, as expectativas de crescimento do PIB em 2012 têm sido sistematicamente revisadas para baixo, tendo alcançado 1,75% no último *Relatório de Mercado* do BC.

Política Monetária

Ao contrário do previsto pelo Copom, a inflação acumulada em 12 meses, que vinha apresentando queda desde último trimestre de 2011, inverteu a trajetória e apresentou alta em julho. Esse movimento, que ainda não se configura como uma nova tendência, não deverá alterar a atual política de afrouxamento monetário no médio prazo, visto que o governo está empenhado em reverter o atual quadro de desaceleração da economia, usando alguns instrumentos disponíveis, a exemplo da redução da taxa Selic (importante canal de indução dos investimentos e consumo). Permanece a percepção de que haverá uma nova redução da Selic na reunião do dia 28 agosto, movimento que seguirá até as duas últimas reuniões (outubro e novembro) do ano. De acordo com a última edição do *Relatório de Mercado* do BC, a Selic deverá encerrar o ano em 7,25% e alcançar 8,38% no final de 2013.

A inflação medida pelo IPCA voltou a acelerar em julho, após registrar forte desaceleração nos dois meses anteriores. No mês, a variação foi de 0,43%, ante alta de 0,08% em junho. De acordo com o IBGE, os gastos com despesas pessoais e com alimentos, ambos com alta de 0,91%, foram os principais responsáveis pela alta da inflação de julho, sendo que o grupo alimentos respondeu por 49% do índice do mês. Dentro do grupo alimentos, tomate (+50,3%), cenoura (+17,8) e alho (+12,3%) foram os itens que mais cresceram. No grupo despesas pessoais, a maior pressão veio do item “empregado doméstico”, cujo índice cresceu 1,37% no mês. Outros grupos com crescimento no mês foram: habitação (+0,54%, com destaque para aluguel e condomínios) e saúde e cuidados pessoais (+0,36%, com destaque para remédios). No acumulado dos primeiros sete meses de 2012, o IPCA contabiliza elevação 2,76%, bem abaixo dos 4,04% registrados em igual período de 2011. Em 12 meses, o IPCA alcançou 5,20%, contra 4,92% no período anterior. Cumpre registrar que, a partir de janeiro de 2012, o IBGE alterou a metodologia de cálculo do IPCA, utilizando a nova base de estruturas de gastos de consumo.

A partir de abril de 2011, o IBGE passou a divulgar mensalmente o Índice de Preço ao Produtor (IPP), que mede a evolução dos preços de produtos “na porta da fábrica”, sem impostos e sem frete, de 23 setores da indústria de transformação. O período de divulgação tem defasagem de dois meses. Em junho de 2012, o IPP registrou inflação de 1,13%, ante alta de 1,65% em maio. As maiores altas observadas em junho se deram entre os produtos das seguintes atividades industriais: alimentos (2,32%), bebidas (2,28%), papel e celulose (2,06%) e móveis (2,04%). No ano, o IPP registra inflação de 4,53%, e no acumulado de 12 meses até abril, alta 6,66%.

Política Fiscal

O superávit primário do setor público alcançou R\$ 2,8 bilhões em junho, ficando bem abaixo do registrado em igual mês do ano passado (R\$ 13,4 bilhões). O pagamento de juros no mês somou R\$ 16,1 bilhões, contra R\$

18,7 bilhões em maio (o menor número de dias úteis em junho contribuiu para a redução). Devido ao reduzido valor do superávit primário no mês, o déficit nominal alcançou 3,5% do PIB. A dívida líquida do setor público alcançou R\$ 1,503 trilhão, equivalente a 35,1% do PIB, com elevação de 0,1 p.p. em relação ao mês anterior. A dívida bruta, variável utilizada nas comparações internacionais, alcançou R\$ 2,45 trilhões em junho de 2012, equivalente a 57,2% do PIB (elevando-se em 0,3 p.p em relação a maio).

A queda do superávit primário de 3,9% para 3,06% do PIB, na comparação do primeiro semestre do ano com igual período de 2011, resultou do menor esforço fiscal do governo central e dos governos regionais, já as estatais apresentaram estabilidade na comparação dos períodos (ver tabela 2 nos anexos). O déficit da Previdência apresentou crescimento de 5,6%, na comparação do primeiro semestre de 2012 com igual período do ano anterior.

Em 12 meses, o superávit primário caiu para 2,7% do PIB, ficando abaixo da meta fixada para este ano (3,1%). Por conta disso, o déficit nominal em 12 meses subiu para 2,6% do PIB (ver tabela 3 no anexo).

A deterioração das contas públicas nos meses de maio e junho comprometeu a avaliação de que o governo deverá cumprir o superávit primário neste ano, estimado em R\$ 139,8 bilhões (3,1% do PIB). A economia realizada no primeiro semestre ficou abaixo da metade prevista para o ano, alcançando 46,7% da meta. Analistas e investidores já trabalham com a hipótese de descumprimento da meta para este ano, projetando superávit primário de 2,8%. A frustração na arrecadação dos impostos e contribuições, como o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), IPI e IOF, é o principal motivo da reversão das expectativas, em conjunto com a política fiscal expansionista.

Embora o resultado primário esteja em queda, a redução da Selic tem evitado uma maior alta do déficit nominal e, em consequência, da dívida pública. A redução da taxa básica de juros, que deverá alcançar 7,25% até o fim do ano, ajudará o governo a manter em níveis aceitáveis o déficit

nominal, pois se estima que cada ponto porcentual de queda da taxa Selic, considerando o atual nível de indexação da dívida pública federal, resulta na redução de R\$ 10,4 bilhões dos juros. Os efeitos acumulados da redução de 4,5 p.p dos juros ainda refletirão sobre a conta de juros ao longo deste ano.

O desempenho das contas públicas nos últimos dois meses reflete o esforço do governo federal para aquecer a economia e evitar uma grande frustração em termos de PIB. Neste período, o governo tem adotado uma ativa política anticíclica, tanto fiscal quanto monetária. No caso da política fiscal, até abril a economia realizada pelo governo alcançava 43% da meta prevista para o ano e a maior parte dos analistas acreditava que a meta de superávit primário seria cumprida com folga. O ponto de mudança foi o lançamento do Plano Brasil Maior (03/04), que foi sucedido por outras medidas de estímulo fiscal, como a redução do IPI para automóveis, prorrogação da redução do IPI para bens da linha branca, dentre outros.

Contas Externas

O déficit em conta corrente de US\$ 25,3 bilhões no primeiro semestre deste ano pode ser explicado pelo saldo negativo do *agregado* serviços e rendas, que passou de -US\$ 40,6 bilhões em 2011 para -US\$ 33,9 bilhões em igual período de 2012, em virtude, principalmente, das remessas de lucros e dividendos, despesas com aluguel de equipamentos, viagens internacionais, pagamento de juros, e transporte. A balança comercial apresentou superávit de US\$ 7,1 bilhões e o saldo das transferências unilaterais alcançou US\$ 1,4 bilhão no primeiro semestre de 2012.

A entrada de investimentos estrangeiros diretos (IED) no País alcançou US\$ 29,7 bilhões, contra US\$ 32,5 bilhões nos primeiros meses de 2011, destinados principalmente para as seguintes atividades: metalurgia; produtos alimentícios; comércio, exceto veículos; extração de petróleo e gás natural; eletricidade, gás e outras utilidades; produtos farmacêuticos e farmacêuticos; extração de minerais metálicos; atividades imobiliárias; transporte; e produtos químicos.

O último *Relatório de Mercado* do BC apresenta as seguintes projeções para o ano de 2012: saldo de US\$ 18 bilhões na balança comercial, déficit de US\$ 59,3 bilhões na conta corrente e fluxo de US\$ 55 bilhões em investimentos estrangeiros diretos.

No acumulado dos primeiros sete meses deste ano, o fluxo de entrada de dólares superou o de saída em US\$ 23,9 bilhões, contra US\$ 55,7 bilhões em igual período de 2011, reflexo da entrada de US\$ 19,7 bilhões no mercado comercial e de US\$ 4,2 bilhões no mercado financeiro. A cotação do dólar reflete a especulação dos bancos no mercado de câmbio, cuja posição comprada em dólar (aposta na desvalorização do Real), alcançou US\$ 2,7 bilhões em julho. Após iniciar o ano cotado a R\$ 1,87, o dólar apresentou queda, alcançando R\$ 1,70 no final de fevereiro. A partir de março, o dólar registrou alta, refletindo principalmente a redução da taxa Selic e o aumento da aversão global ao risco, em função do agravamento da crise europeia. Em meados de agosto, o dólar alcançou R\$ 2,02.

A dívida externa total brasileira alcançou US\$ 302,8 bilhões em junho, tendo a dívida de longo prazo atingido US\$ 266,5 bilhões e a de curto prazo totalizado US\$ 36,3 bilhões.

O valor das exportações brasileiras alcançou US\$ 21 bilhões em julho, contra importações de US\$ 18,1 bilhões, gerando um saldo comercial de US\$ 2,9 bilhões, contra US\$ 806 milhões no mês anterior. No acumulado dos primeiros sete meses deste ano, as exportações alcançaram US\$ 138,2 bilhões, uma queda de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, e as importações, US\$ 128,3 bilhões, alta de 3,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações registraram recorde para o período de janeiro a julho. O superávit comercial no acumulado em 2012 foi da ordem de US\$ 9,9 bilhões, valor US\$ 6,1 bilhões inferior ao de igual período do ano passado. No período acumulado de 12 meses até julho, as exportações alcançaram US\$ 253,7 bilhões e as importações US\$ 230,1 bilhões. A expectativa da Secex é que as exportações brasileiras alcancem US\$ 264 bilhões no final de 2012, alta de 3,1% em relação ao verificado em 2011.

Front Externo

A crise europeia segue dando sinais de que não está controlada. A economia da Grécia registrou uma contração de 6,2% no segundo trimestre, na comparação com o mesmo período do ano anterior. O Banco da Grécia prevê que o PIB do país recuará 4,5% em 2012, depois de uma queda 6,9% em 2011. Em Portugal a taxa de desemprego subiu para o recorde de 15% no segundo trimestre deste ano.

De acordo com os divulgados pela Eurostat, o PIB da zona do euro e a da União Europeia caíram 0,2% no segundo trimestre em relação ao primeiro. Na comparação com igual trimestre do ano anterior, as quedas registradas foram de 0,4% na zona do euro e de 0,2% na União Europeia. O desempenho dos PIBs da Alemanha e da França evitou uma contração ainda maior da economia da zona do euro. O PIB da Alemanha cresceu 0,3% no segundo trimestre em relação ao trimestre anterior, superando ligeiramente as previsões, em função das exportações e do consumo pouco acima do esperado, apesar da queda nos investimentos. A economia da França registrou crescimento zero pelo terceiro trimestre seguido, enquanto analistas previam contração de 0,1%. No entanto, há sinais de que as economias desses dois países enfrentarão dificuldades no restante do ano, deteriorando as expectativas em relação ao desempenho da economia da zona do euro.

Ainda de acordo com dados da Eurostat, em junho, a taxa de desemprego da zona do euro alcançou 11,2%, enquanto o índice de preços ao consumidor registrou variação de 2,4%.

Nos Estados Unidos, de acordo com estimativa do *Bureau of Economic Analysis* (BEA), o PIB norte-americano cresceu 1,5% no segundo trimestre de 2012, contra uma expansão de 2% no primeiro trimestre de 2012, em termos anualizados. Os gastos de consumo pessoal cresceram 1,5% entre abril e junho, o pior resultado em um ano, comparado com um aumento de 2,4% nos três meses anteriores. Os gastos com bens duráveis, que haviam crescido 11,5% no primeiro trimestre, decresceram 1% no segundo. Os

resultados estão dentro das estimativas do mercado e não chegam a surpreender os analistas. O presidente Obama tem sido fortemente criticado pelo Partido Republicano por seu desempenho na área econômica, porque o ritmo de expansão da economia - pelo 12º trimestre consecutivo - não conseguiu reduzir o desemprego: em julho a taxa de desemprego registrada foi de 8,3%. Segundo o Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI, na sigla em inglês) aumentou 1,4% em julho contra 1,7% em junho.

Na China, de acordo com dados divulgados pelo *National Bureau of Statistics of China*, o crescimento da produção industrial foi de 9,2%, em julho em relação ao mesmo mês do ano anterior, e expansão de 10,3%, no acumulado do ano. Os investimentos em capital fixo nas zonas urbanas na China cresceram 20,4% nos sete primeiros meses de 2012, em comparação com o mesmo período do ano passado. As vendas das lojas, termômetro do consumo dos chineses, também desaceleraram em julho em comparação com o mês anterior, subindo 13,1% contra os 13,7% de junho. Nos sete primeiros meses de 2012, as vendas progrediram 14,2%, segundo a instituição. O índice de preços ao consumidor chinês cresceu 1,8% em julho, em relação ao mesmo período de 2011.

A economia do Japão registrou crescimento de 0,3% no 2º trimestre. Segundo dados divulgados pelo METI (Ministério da Economia, Comércio e Indústria), a produção industrial japonesa caiu 0,4% em junho, na comparação com o mês anterior, e 1,5%, em relação ao verificado em igual mês de 2011. Os setores industriais que mais contribuíram para a queda foram: equipamentos de transporte, máquinas elétricas e produção de ferro e aço. Em junho, a taxa de desemprego alcançou 4,3%, enquanto o índice de preços ao consumidor registrou queda de 0,1%.

Reforma da infraestrutura

Com o lançamento do “Programa de Investimentos em Logística”, o Governo Federal demonstra estar ciente da necessidade de enfrentar os problemas de ordem estrutural que se configuram como grandes entraves à competitividade do setor produtivo brasileiro. Fica cada vez mais claro que a chave para a resolução desse problema é a maior participação do setor privado nos projetos de infraestrutura necessários para o desenvolvimento econômico do Brasil. A primeira etapa anunciada pelo governo trata das rodovias e ferrovias. Aguarda-se o tratamento adequado da questão dos portos, aeroportos e também do custo da energia.

Em referência à análise da conjuntura do setor industrial, verificam-se comportamentos bastante diferenciados de acordo com o perfil setorial. Os fabricantes de bens de consumo, que sofrem maior influência do cenário externo, a exemplo de calçados, têxteis, móveis e autopeças, têm sofrido bastante com a crise econômica internacional e o acirramento da concorrência estrangeira no mercado interno. Ciente do problema, o governo tem oferecido tratamento prioritário aos mesmos, com a desoneração da folha e a oferta de crédito diferenciado através do Plano Brasil Maior.

Por outro lado, os segmentos especialmente voltados ao mercado interno como o de Alimentos e Bebidas, Minerais Não-Metálicos e Construção Civil, além de alguns setores industriais intensivos em capital, como o de Refino e Celulose, apesar de também sofrerem os efeitos da redução da atividade, verificam melhores resultados, beneficiando-se dos preços das *commodities* em patamar relativamente elevado, em termos históricos.

Reafirma-se a necessidade de o setor industrial baiano estar ciente de que as medidas governamentais relacionadas ao Plano Brasil Maior são importantes, mas têm eficácia limitada e de curta duração. Tratam-se de ações com efeito positivo meramente conjuntural, conforme verificado em

outras ocasiões, mas que não atingem o cerne da questão. Em realidade, o Brasil enfrenta grave crise de competitividade, sobretudo em sua indústria. Para reverter essa situação, mais do que lançar medidas governamentais emergenciais, é necessário realizar Reformas Estruturais (Tributária, Previdenciária, Trabalhista e Política) e enfrentar, de forma eficaz, o chamado “Custo Brasil”. A título ilustrativo, as empresas brasileiras enfrentam dificuldades na concorrência com empresas asiáticas, pois pagam uma das tarifas de energia elétrica mais caras do planeta, sendo que cerca de metade da mesma é composta por tributos e encargos setoriais. Há carência de oferta e qualidade na infraestrutura, com custos competitivos em nível internacional.

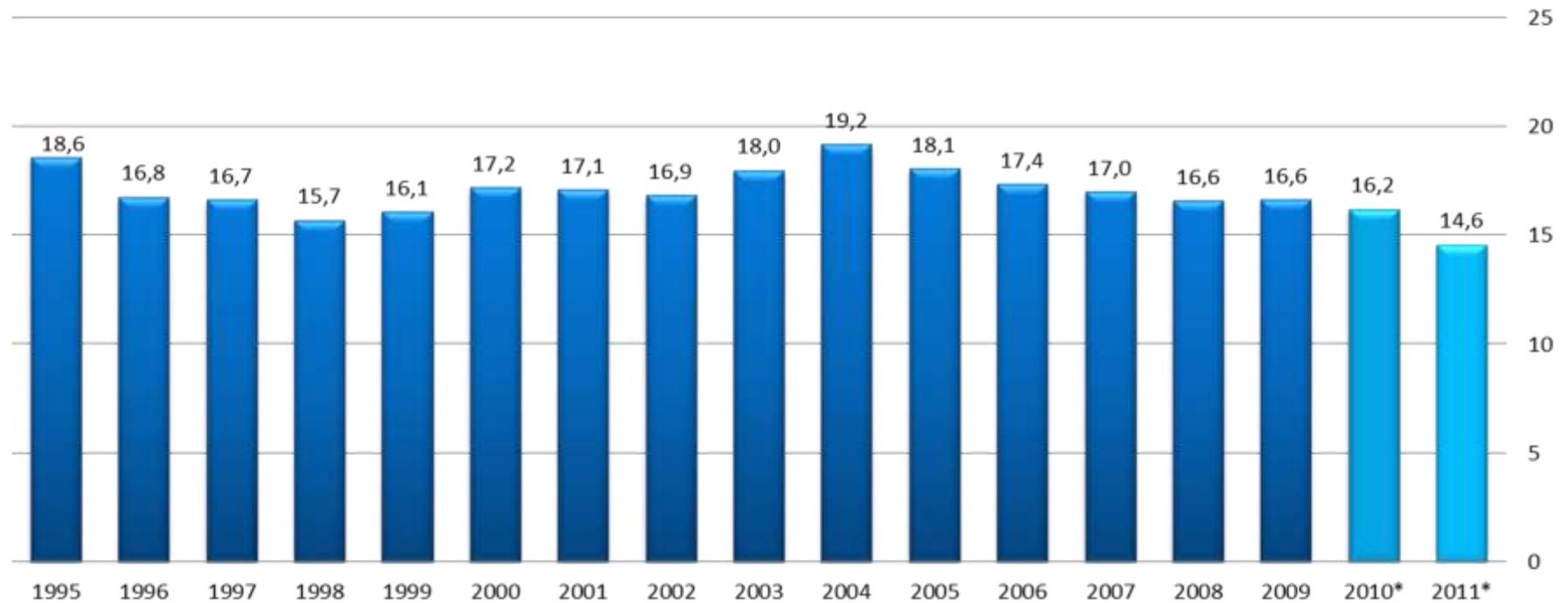
Outro grave problema estrutural do Brasil é a elevada carga tributária para seu padrão de desenvolvimento, que está inserida no contexto de um sistema confuso e anacrônico de cobrança que não cabe mais ser remediado. Desse modo, é preciso promover com urgência uma Reforma Tributária que simplifique a cobrança, reduza o número de impostos e desonere a produção e os investimentos.

Acredita-se que o atual momento de crise poderá abrir a oportunidade para o Brasil realizar as reformas necessárias para que o País trilhe o caminho do desenvolvimento sustentado e do aperfeiçoamento do seu sistema democrático.

Compõem o presente Anexo os seguintes documentos:

- (i) Brasil: Representatividade da Indústria de Transformação (% PIB) (pág.9);
- (ii) Brasil: Composição das Importações 1995 a 2012, em % (pág.10);
- (iii) Bahia: Composição das Importações 1995 a 2012, em % (pág.11);
- (iv) Tabelas de Política Fiscal (págs. 12 a 14);
- (v) Brasil e Bahia: Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT, no período janeiro a julho 2012 (págs. 15 e 16);
- (vi) Indicadores de Economias Avançadas (pág. 17);
- (vii) Indicadores Econômicos de Países Emergentes (pág. 18); e
- (viii) Relatório de Mercado do Banco Central - Expectativas de Mercado (págs. 19 e 20).

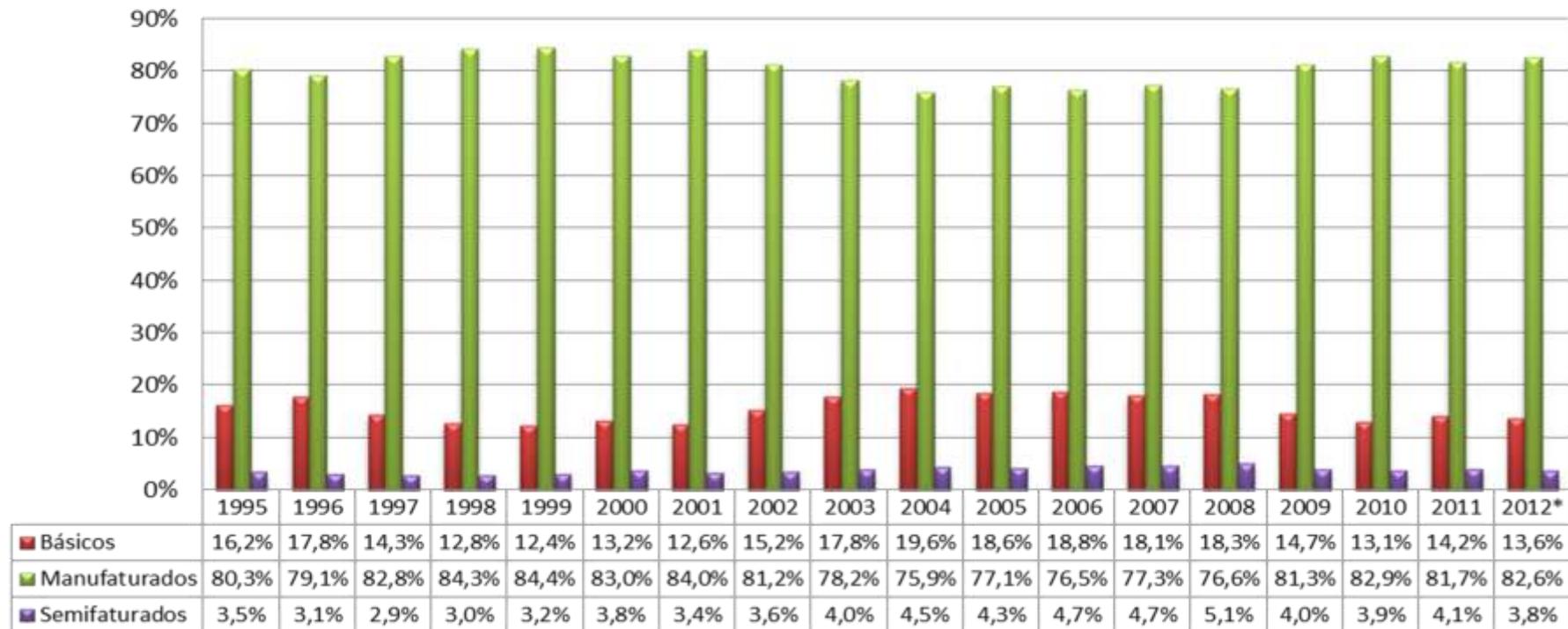
Brasil: Representatividade da Indústria de Transformação 1995 - 2011 (Em % do PIB)



Fonte: Ipeadata; elaboração FIEB/SDI.

(*) Dados preliminares.

Brasil: Composição das Importações 1995 - 2012 (Em %)

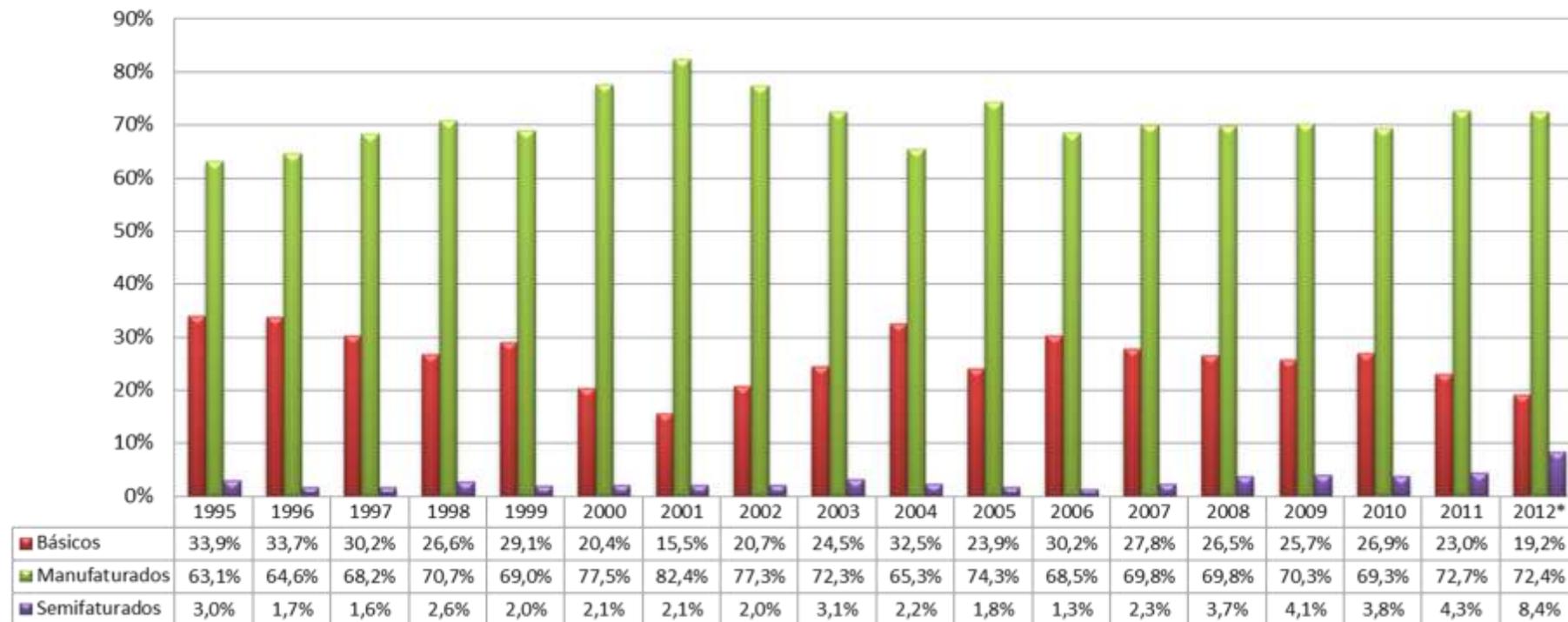


Fonte: MDIC/Secex; elaboração FIEB/SDI.

Nota: 2012 de janeiro a junho.

Bahia: Composição das Importações 1995 - 2012

(Em %)



Fonte: MDIC/Secex; elaboração FIEB/SDI.

Nota: 2012 de janeiro a junho.

Tabela 1 - Necessidade de financiamento do setor público consolidado (NFSP)*(Fluxos mensais, em R\$ bilhões e em % do PIB*)*

Discriminação	2011				2012											
	jun	(%)	dez	(%)	jan	(%)	fev	(%)	mar	(%)	abr	(%)	mai	(%)	jun	(%)
Primário	13,37	3,7	1,93	0,5	26,02	7,8	9,51	2,9	10,44	2,9	14,24	3,9	2,65	0,7	2,79	0,7
Juros nominais	-18,99	-5,3	-20,57	-5,7	-19,66	-5,9	-18,27	-5,6	-21,04	-5,9	-17,22	-4,7	-18,72	-4,9	-16,12	-4,3
Nominal	-5,62	-1,6	-18,64	-5,1	6,35	1,9	-8,75	-2,7	-10,60	-3,0	-2,98	-0,8	-16,06	-4,2	-13,32	-3,5

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

Tabela 2 - Necessidade de financiamento do setor público (NFSP)*(Valores acumulados, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Contas públicas	Janeiro a Junho	Primário		Juros		Nominal	
		R\$ bi	%	R\$ bi	%	R\$ bi	%
a. Governo central	2011	55,39	2,76	-89,02	-4,44	-33,63	-1,68
	2012	48,06	2,24	-82,25	-3,84	-34,19	-1,60
b. Governos regionais	2011	22,14	1,10	-29,10	-1,45	-6,96	-0,35
	2012	16,87	0,79	-27,35	-1,28	-10,48	-0,49
c. Empresas estatais	2011	0,66	0,03	-1,63	-0,08	-0,97	-0,05
	2012	0,73	0,03	-1,43	-0,07	-0,70	-0,03
Total (a + b + c)	2011	78,19	3,90	-119,75	-5,97	-41,56	-2,07
	2012	65,66	3,06	-111,03	-5,18	-45,37	-2,12

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

Governo Federal (R\$ 75,3 bilhões) + Banco Central (-R\$ 374 milhões) + INSS (-R\$ 19,5 bilhões).

Governo Federal (R\$ 68,9 bilhões) + Banco Central (-R\$ 289 milhões) + INSS (-R\$ 20,6 bilhões).

Tabela 3 - Necessidade de financiamento do setor público consolidado (NFSP)*(Fluxos de 12 meses, em R\$ bilhões e em % do PIB)*

Discriminação	2011				2012											
	jun	(%)	dez	(%)	jan	(%)	fev	(%)	mar	(%)	abr	(%)	mai	(%)	jun	(%)
Primário	137,83	3,5	128,71	3,1	136,98	3,3	138,58	3,3	135,42	3,2	131,61	3,1	126,76	3,0	116,18	2,7
Juros nominais	-222,91	-5,6	-236,67	-5,7	-237,05	-5,7	-236,21	-5,7	-236,70	-5,6	-234,28	-5,5	-230,82	-5,4	-227,95	-5,3
Nominal	-85,08	-2,1	-107,96	-2,6	-100,08	-2,4	-97,63	-2,3	-101,28	-2,4	-102,67	-2,4	-104,07	-2,4	-111,77	-2,6

Fonte: Banco Central; elaboração FIEB/SDI

Brasil - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2011 - 2012)

	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	Acumulado 12 meses	Acumulado no ano (MTE) ¹	Acumulado 12 meses (MTE) ¹
TOTAL	18.895	10.600	11.746	21.974	19.679	10.440	12.496	116.1060	1232.843	1538.472
1. EXTRAT. MINERAL	184	1490	1604	1655	1251	1258	177	6.414	10.991	16.645
2. IND. TRANSFORMAÇÃO	37.482	19.609	-5.048	30.318	20.299	9.968	24.718	44.405	163.572	88.731
MIN. NÃO METÁLICOS	1852	328	930	2.678	669	262	938	12.053	10.001	16.115
METALÚRGICA	4.612	2.132	266	-563	-999	-1.785	119	-2.647	7.371	1640
MECÂNICA	4.339	683	1421	301	-206	-274	2.224	11.117	10.324	16.198
MAT. ELÉTRICO COMUM.	1544	506	2.090	921	-680	173	1.320	6.313	6.697	7.467
MAT. DE TRANSPORTE	445	217	-143	-472	-3.300	-1.064	1.665	-4.325	-2.111	-3.671
MADEIRA E MOBILIÁRIO	2.366	135	511	2.891	-81	732	1.123	6.989	10.332	11.209
PAP., PAPELÃO, EDIT.	184	-362	-354	911	-308	-85	690	-435	1.770	1.534
BOR., FUMO, COUROS	3.485	4.933	5.460	4.542	1.975	-318	-1.899	-2.573	19.222	-1.249
QUIM., PROD. FARM., VET.	5.450	2.601	3.335	12.740	6.781	2.676	3.312	15.420	40.350	19.828
TÊXTIL, VESTUÁRIO	2.118	2.256	2.728	3.110	840	899	2.354	-10.101	18.291	-13.033
CALÇADOS	6.118	5.562	3.919	719	-2.248	-517	4.335	-11.535	18.890	-10.207
PROD. ALIMENT., BEBIDAS	4.889	618	-25.211	2.510	17.856	9.349	7.537	30.129	22.435	40.900
3. SERV. IND. UT. PÚBLICA	974	896	1.021	2.062	-14	2.187	1.598	8.602	10.106	10.362
4. CONSTRUÇÃO CIVIL	42.189	27.811	35.935	40.606	11.886	4.244	25.433	157.734	237.079	229.268
5. TOTAL INDÚSTRIA	81.829	49.806	33.512	74.841	36.422	17.657	53.468	228.155	421.748	343.006
6. COMÉRCIO	-36.345	-6.645	6.412	33.704	9.749	11.026	22.847	288.470	88.748	379.112
7. SERVIÇOS	61.463	93.170	83.182	82.875	44.587	30.111	39.060	667.754	523.545	813.235
8. ADM PÚBLICA	-370	11.694	5.724	3.838	2.660	-1.475	3.172	18.267	33.193	19.033
9. AGRIC., SILVICULT.	12.318	-425	-17.084	21916	46.261	60.111	23.951	-39.586	165.609	-16.914

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010.

Bahia - Evolução Mensal dos Saldos das Admissões menos Desligamentos de Trabalhadores regidos pela CLT (2011 - 2012)

	jan/12	fev/12	mar/12	abr/12	mai/12	jun/12	jul/12	Acumulado 12 meses	Acumulado no ano (MTE) ¹	Acumulado 12 meses (MTE) ¹
TOTAL	6.861	-169	2.243	7.647	3.071	241	2.209	9.590	35.656	42.319
1.EXTRAT MINERAL	75	-22	-16	-47	61	68	4	762	342	825
2.IND.TRANSFORMAÇÃO	1.375	-908	-911	1.571	1.111	597	140	596	5.180	2.253
MIN. NÃO METÁLICOS	67	37	-79	84	-30	-72	11	-79	10	129
METALÚRGICA	106	-161	44	-143	-108	-67	20	-323	-65	-92
MECÂNICA	-141	47	-39	169	216	11	-74	644	196	668
MAT. ELÉTRICO COMUM	270	51	274	-60	-89	-49	-168	296	256	354
MAT. DE TRANSPORTE	73	-300	-311	14	39	88	191	101	-126	257
MADEIRA E MOBILIÁRIO	-33	-45	-93	31	-36	1	-17	193	-96	311
PAP., PAPELÃO, EDIT.	42	-90	-19	51	-28	-14	-9	-85	-39	-4
BOR., FUMO, COUROS	91	176	33	55	45	31	197	720	643	755
QUIM., PROD. FARM., VET.	-27	-48	21	43	129	293	438	784	1082	978
TÊXTIL, VESTUÁRIO	101	-103	-41	7	38	576	37	105	622	133
CALÇADOS	163	-13	-333	-259	-429	-621	264	-4.267	-1.218	-4.240
PROD. ALIMENT., BEBIDAS	483	-459	-368	1.599	1.457	507	330	2.347	3.816	3.004
3.SERV. IND. UT. PÚBLICA	-49	-38	104	-166	-320	42	-40	-227	-419	-119
4.CONSTRUÇÃO CIVIL	1.477	-1.758	2.647	1.163	-174	-352	1.213	636	7.416	6.804
5.TOTAL INDÚSTRIA	2.978	-2.726	1.824	2.511	768	-245	2.587	1.787	12.519	9.763
6.COMÉRCIO	-546	-678	-1.104	785	226	269	31	6.205	2.098	12.148
7.SERVIÇOS	3.363	1.457	2.299	1.843	-1.652	-499	661	17.330	12.790	25.449
8.ADM PÚBLICA	-105	43	164	133	41	-165	13	102	130	109
9.AGRIC., SILVICULT.	171	285	-840	2.575	3.688	871	-1.063	-5.924	8.119	-5.240

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados; Elaboração FIEB/SDI

(1) Em janeiro de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mudou a metodologia de apuração dos dados da CAGED, alterando os valores do período de janeiro a novembro de 2010.

Indicadores de economias avançadas

Países	PIB* (%)	PIB, previsões (%)		Produção Industrial* (%)	Taxa de desemprego** (%)		IPC** (%)	Juros % a.a.		Balança comercial (Últ. 12 meses, US\$ bilhões)	Conta corrente	CC/PIB, previsão (%)					
		2012	2013		(%)	(%)		(3 meses)	(10 anos)								
		Q1	Q2		Q1	Q2		Jun	Jul				Jun	Jul			
Austrália	4,3	Q1	3,2	3,1	4,7	Q1	5,2	Jul	12	Q2	3,99	3,28	25,7	Jun	-38,9	Q1	-3,7
Áustria	2,0	Q1	0,6	1,0	2,6	Mai	4,5	Jun	2,2	Jun	0,34	2,00	-11,8	Mai	7,7	Q1	2,2
Bélgica	-0,4	Q2	0,1	0,7	-7,4	Mai	7,2	Jun	2,3	Jul	0,34	2,56	14,2	Mai	-4,6	Mar	0,2
Inglaterra	-0,8	Q2	-0,2	1,3	-4,3	Jun	8,0	Mai	2,6	Jul	0,71	1,66	-167,6	Jun	-54,0	Q1	-2,1
Canadá	1,8	Q1	2,1	2,3	3,7	Mai	7,3	Jul	1,5	Jun	1,29	1,95	3,3	Jun	-48,4	Q1	-2,4
Noruega	4,3	Q1	2,2	2,3	6,7	Jun	3,0	Mai	0,2	Jul	2,10	1,98	75,3	Jul	79,3	Q1	13,9
Dinamarca	0,3	Q1	0,6	1,3	5,9	Jun	6,3	Jun	2,3	Jul	0,31	1,10	13,6	Jun	20,2	Jun	5,3
França	0,3	Q2	0,2	0,6	-2,3	Jun	10,1	Jun	1,9	Jul	0,34	2,16	-91,2	Jun	-52,9	Jun	-2,1
Alemanha	0,5	Q2	0,8	1,1	-0,2	Jun	6,8	Jul	1,7	Jul	0,34	1,55	230,2	Jun	209,3	Jun	5,4
Itália	-2,5	Q2	-2,1	-0,4	-8,2	Jun	10,8	Jun	3,1	Jul	0,34	5,79	-6,9	Jun	-45,6	Mai	-2,4
Japão	3,5	Q1	2,3	1,4	-1,5	Jun	4,3	Jun	-0,1	Jun	0,19	0,83	-45,3	Jun	89,5	Jun	1,6
Holanda	-0,5	Q2	-0,8	0,5	-2,4	Jun	6,3	Jun	2,3	Jul	0,34	1,85	56,4	Jun	77,9	Q1	7,5
Espanha	-1,0	Q2	-1,6	-0,7	-6,9	Jun	24,8	Jun	2,2	Jul	0,34	6,81	-57,2	Mai	-41,6	Mai	-2,8
Suécia	2,2	Q2	0,9	1,8	1,1	Jun	8,8	Jun	0,7	Jul	2,03	1,46	11,9	Jun	37,8	Q1	6,8
Suíça	2,0	Q1	1,2	1,4	-0,6	Q4	2,9	Jul	-0,7	Jul	0,05	0,65	26,2	Jun	96,2	Q1	13,4
EUA	2,2	Q2	2,1	2,0	-4,4	Jul	8,3	Jul	1,4	Jul	0,43	1,80	-750,0	Jun	-483,2	Q1	-3,2
Zona do Euro (15)	-0,4	Q2	-0,5	0,3	-2,1	Jun	11,2	Jun	2,4	Jun	0,34	1,55	30,9	Mai	41,8	Mai	0,2

Fonte: The Economist (16/08/2012)

IPC = índice de preços ao consumidor

CC = conta corrente do balanço de pagamentos

* Variação % sobre igual período do ano anterior.

** Variação % em 12 meses.

Indicadores econômicos de países emergentes

Países	PIB* (%)	PIB, previsões (%)		Produção Industrial* (%)	IPC**	Juros c. prazo % a.a.	Balança comercial Conta corrente		Reservas cambiais (US\$ bilhões)						
		2012	2013				(Últ. 12 meses, US\$ bilhões)								
China	7,6	Q2	8,1	8,5	9,2	Jul	18	Jul	3,80	175,1	Jul	187,1	Q2	3260,7	Jun
Hong Kong	1,1	Q2	1,8	2,8	-1,7	Q1	3,7	Jun	0,40	-57,7	Jun	8,1	Q1	296,2	Jul
Índia	5,3	Q1	5,5	7,1	-1,8	Jun	10,0	Jun	8,30	-159,4	Jul	-78,2	Q1	288,7	Jul
Indonésia	6,4	Q2	5,9	6,5	-0,5	Jun	4,6	Jul	4,97	11,2	Jun	-11,6	Q2	106,6	Jul
Malásia	5,4	Q1	4,4	5,4	3,7	Jun	14	Jun	3,16	36,4	Jun	25,2	Q2	134,5	Jul
Paquistão	4,2	2012	4,2	3,3	1,5	Mai	9,6	Jul	10,50	-21,3	Jul	-4,5	Q2	15,5	Mai
Filipinas	6,4	Q1	5,4	6,0	4,3	Jun	3,2	Jul	1,59	-10,6	Mai	7,0	Mar	79,3	Jul
Cingapura	2,0	Q2	3,1	4,2	7,6	Jun	5,3	Jun	0,30	36,5	Jun	50,6	Q2	244,1	Jul
Coreia do Sul	2,4	Q2	2,9	4,2	1,6	Jun	1,5	Jul	3,10	24,2	Jul	32,1	Jun	311,3	Jul
Taiwan	-0,2	Q2	2,8	4,8	8,4	Fev	2,5	Jul	0,94	9,6	Jul	41,9	Q1	391,2	Q2
Tailândia	nil	Q1	6,0	4,7	-9,6	Jun	2,7	Jul	2,79	-13,0	Jun	3,1	Q2	175,4	Jul
Argentina	5,2	Q1	2,1	2,7	-4,7	Jun	na	na	12,80	11,5	Jun	0,6	Q1	46,8	Jul
Brasil	0,8	Q1	2,0	4,2	-5,5	Jun	5,2	Jul	7,35	23,7	Jul	-51,8	Jun	376,2	Jul
Chile	5,6	Q1	4,5	4,6	2,8	Jun	2,5	Jul	0,97	7,1	Jul	-4,2	Q1	39,4	Jul
Colômbia	4,7	Q1	4,6	4,8	-0,3	Mai	3,0	Jul	5,39	3,0	Mai	-9,9	Q1	34,7	Jul
México	4,6	Q1	3,7	3,8	3,7	Jun	4,4	Jul	4,79	-1,3	Jun	-7,1	Q1	160,2	Jul
Peru	6,0	Q1	5,6	6,1	2,7	Mai	3,3	Jul	2,80	7,8	Jun	-3,1	Q1	58,1	Jul
Venezuela	5,6	Q1	4,7	1,8	-2,0	Abr	19,4	Jul	11,50	-36,0	Mai	26,7	Q1	27,2	Jul
Egito	5,2	Q1	1,6	3,7	1,4	Jun	6,4	Jul	11,40	-33,2	Mai	-6,8	Q1	11,4	Jul
Israel	3,2	Q1	2,2	3,3	3,9	Mai	14	Jul	2,16	-18,0	Jul	-0,9	Q1	75,4	Jul
Arábia Saudita	7,1	2011	5,3	4,5	na	na	4,0	Jul	0,95	327,7	2011	169,1	Q1	599,8	Jun
África do Sul	2,1	Q1	2,8	3,5	1,0	Jun	5,5	Jun	5,08	-8,8	Jun	-16,2	Q1	49,4	Jul
Rep. Tcheca	-0,4	Q1	-0,3	0,6	-2,2	Jun	3,1	Jul	1,01	13,8	Jun	-5,8	Q1	39,0	Jul
Hungria	-1,2	Q2	-0,8	0,6	0,6	Jun	5,8	Jul	7,16	8,8	Jun	1,8	Q1	44,0	Jul
Polônia	3,5	Q1	2,6	3,0	1,2	Jun	4,0	Jul	4,91	-19,0	Jun	-22,2	Jun	102,3	Jul
Rússia	4,0	Q2	3,8	3,9	2,0	Jun	5,6	Jul	7,47	208,5	Jun	104,6	Q2	510,5	Jul
Turquia	3,2	Q1	3,2	4,1	2,6	Jun	9,1	Jul	7,34	-94,6	Jun	-63,5	Jun	108,9	Mai

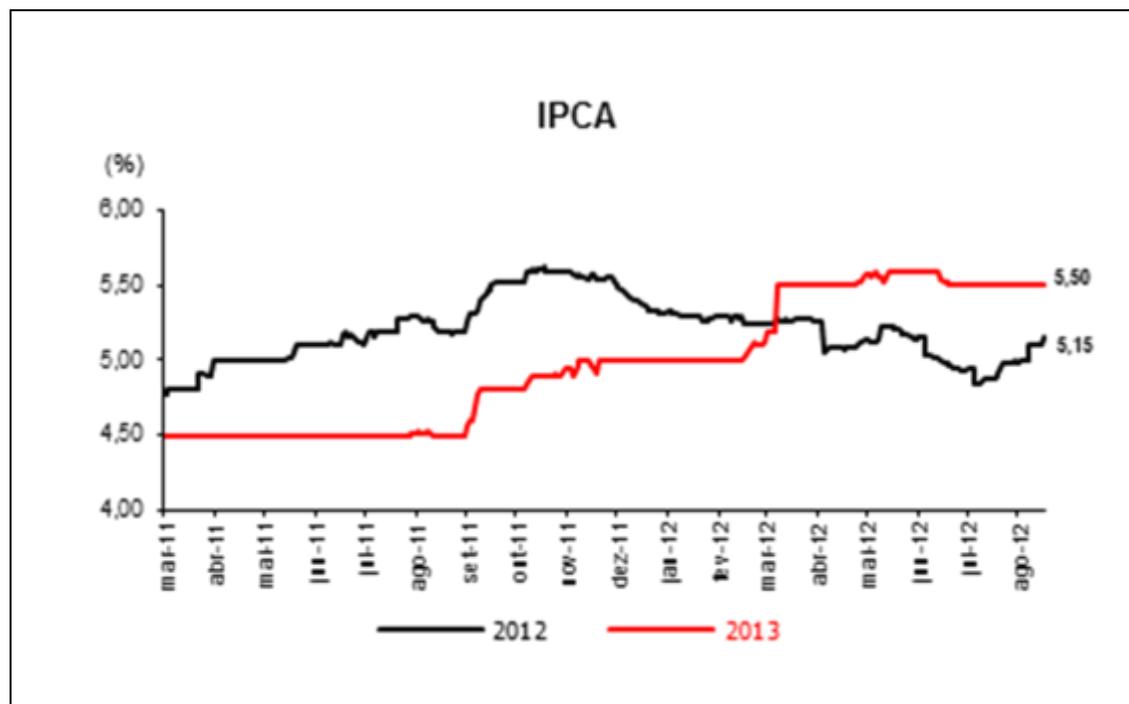
Fonte: The Economist (16/08/2012)

IPC = índice de preços ao consumidor

* Variação % sobre igual período do ano anterior.

** Variação % em 12 meses.

**Relatório de Mercado do Banco Central:
Expectativas de Mercado (17/08/2012)**



Banco Central: Expectativas de Mercado

Indicadores Econômicos	2012	2013
IGP-M	7,79	5,00
Taxa de Câmbio (fim de período)	2,00	2,00
Taxa de Câmbio (média)	1,94	1,99
Meta Taxa Selic (fim de período)	7,25	8,38
Meta Taxa Selic (média)	8,47	7,63
DLSP	35,27	34,00
Crescimento do PIB	1,75	4,00
Produção Industrial	-1,20	4,40
Conta Corrente	-58,63	-70,00
Balança Comercial (saldo)	18,00	14,78
IED	55,00	60,00
Preços Administrados	3,50	4,38

Fonte: BACEN, elaboração FIEB/SDI.

Nota: referente ao Relatório de Mercado de 17/08/2012

Acompanhamento Conjuntural (AC) é uma publicação mensal da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), produzida pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial (SDI).

Presidente: José de F. Mascarenhas

Diretor Executivo: Alexandre Beduschi

Superintendente:

João Marcelo Alves

(Economista, Mestre em Administração pela UFBA/ISEG-UTL,
Especialista em Finanças Corporativas pela New York University)

Equipe Técnica:

Marcus Emerson Verhine

(Mestre em Economia e Finanças pela Universidade da Califórnia)

Carlos Danilo Peres Almeida

(Mestre em Economia pela UFBA)

Ricardo Menezes Kawabe

(Mestre em Administração Pública pela UFBA)

Mauricio West Pedrão

(Mestre em Análise Regional pela UNIFACS)

Everaldo Guedes

(Bacharel em Ciências Estatísticas – ESEB)

Críticas e sugestões serão bem recebidas.

Endereço Internet: <http://www.fieb.org.br>

E-mail: sdi@fieb.org.br

Reprodução permitida, desde que citada a fonte.